

As pedras da memória: patrimônio urbano e cultural em Campos dos Goytacazes

Maria Catharina Reis Queiroz Prata

Instituto Federal Fluminense (IFF), Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-5643-2115>

E-mail: catharina.queiroz@gmail.com

Resumo: Ao compreendermos que o patrimônio cultural se converteu no conjunto de elementos naturais ou culturais, materiais ou imateriais, herdados do passado ou criados no presente, no qual um determinado grupo de indivíduos reconhece sinais de sua identidade, estamos relacionando-o à definição de memória coletiva, visto que o legado dessa memória é transmitido, ao longo do tempo, por meio de suportes físicos como as edificações ou monumentos. Esta comunicação discute a relação entre cidade, memória e patrimônio através de uma perspectiva sociológica cujo objetivo é iniciar um debate sobre a preservação do patrimônio histórico material na cidade de Campos dos Goytacazes, município do estado do Rio de Janeiro, inventariando os lugares que detêm significativos valores culturais para sua população. Trataremos, portanto, da dimensão coletiva da memória que pode ser manifestada na arquitetura, nas técnicas construtivas históricas e nas manifestações artísticas criadas por uma sociedade, radicadas no lugar, nas imagens e nas pedras.

Palavras-chave: Campos dos Goytacazes; Cidade. Memória; Patrimônio; Inventário.

444

Memory stones: urban and cultural heritage in Campos dos Goytacazes

Abstract: When we understand that cultural heritage has become the set of natural or cultural elements, material or immaterial, inherited from the past or created in the present, in which a certain group of individuals recognizes signs of their identity, we are relating it to the definition of memory collective, since the legacy of this memory is transmitted, over time, through physical supports such as buildings or monuments. This communication discusses the relationship between city, memory and heritage through a sociological perspective whose objective is to initiate a debate on the preservation of historical material heritage in the city of Campos dos Goytacazes, a city in the state of Rio de Janeiro, inventing places that hold significant cultural values of its population. We will therefore deal with the collective dimension of memory that can be manifested in architecture, in historical constructive techniques, and in the artistic manifestations created by a society, rooted in place, images and stones.

Keywords: Campos dos Goytacazes; City; Memory; Heritage; Inventory.

Texto recebido em: 15/04/2020

Texto aprovado em: 11/08/2020

A cidade como lugar de memórias

Diomira, Isidora, Zaira, Zora e Maurília, são algumas das cidades que povoaram o imaginário literário de Calvino (1990). Ainda que “invisíveis”, foram divididas em onze temas como a “memória”, o “desejo”, as “trocas”, entre outros, possuindo nomes de mulheres e descritas por Marco Polo ao imperador Kublai Kan, impossibilitado pela vastidão de seu império de “conhecê-las”.

Dentre as variadas interpretações do livro, certamente sua contribuição maior consiste no entendimento de que cada cidade é única em sua forma, em seu espaço e em seus habitantes, podendo conter várias cidades nela mesma. A multiplicidade de cores, aromas, casas, ruas e habitantes, entre incontáveis aspectos, exaltam a cidade como um organismo complexo, de difícil compreensão e contraditório por muitas vezes.

Conhecer uma cidade não é apenas buscar as raízes etimológicas de seu nome, apontar seu lugar geográfico ou reduzi-la a uma classificação baseada em sua forma de povoamento ou estrutura espacial. Também não é utilizar a quiromancia para a “leitura de suas mãos, escrita nos ângulos das ruas”, como indicava Calvino (1990, p. 7), nem imaginá-la somente a partir de seu nome, podendo assim ser gerado um grave engano. O conhecimento de uma cidade perpassa pelo entendimento que elas são concentrações de instituições políticas, culturais, sociais e econômicas, e se encontram “na origem daquilo que estabelecemos como os indícios do florescer de uma civilização: a agricultura, a roda, a escrita, os primeiros assentamentos urbanos” (PESAVENTO, 2007, p. 11).

A pergunta, portanto, se impõe no início deste artigo: O que é uma cidade? Como conhecê-la e conceitua-la? Quais elementos devem ser considerados para um real entendimento de suas particularidades?

Por definição, uma cidade representa o espaço no qual culminam a força e a cultura de uma comunidade, sendo, segundo Mumford (1998, p. 9), um produto do tempo histórico capaz de manter a “eternidade” e onde este [o tempo] se torna mais visível.

Dentre vários autores que se debruçaram sobre o tema, Vasconcelos (2015, p. 4-5) destaca o conceito de Kevin Lynch, no seu livro “A Imagem da Cidade” (1960, p. 11), dentro de uma perspectiva fenomenológica, declarando que a cidade “existe mais do que a vista alcança, mais do que o ouvido pode ouvir”; do filósofo Henri Lefebvre, em seu livro “O Direito à Cidade” (1968, p. 64), onde definiu a cidade

como “a projeção da sociedade sobre o terreno”; a do geógrafo inglês David Harvey, no livro “A Justiça Social e a Cidade” (1973, p. 34), para o qual a cidade seria um “sistema dinâmico complexo no qual a forma espacial e o processo social estão em contínua interação”; de Milton Santos, em “Técnica, Espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional” (1994, p. 69) que estabeleceu a diferença entre “urbano”, ligado ao abstrato, ao geral e ao externo, e “cidade”, que seria o particular, o concreto e o interno.

Raquel Rolnik aborda a evolução das cidades através do tempo, e ressalta que seu nascimento se confunde com a “origem do binômio diferenciação social / centralização do poder”, e que cidade significa, simultaneamente, “uma maneira de organizar o espaço e uma relação política” (ROLNIK, 2004, p. 21).

Utilizando a metáfora como linguagem, Rolnik (2004) ainda relaciona a cidade com a escrita e cria um paralelo entre a ação de empilhar tijolos e agrupar letras, formando as palavras, concluindo que construir cidades significa uma forma de escrita que permanece na memória:

Na cidade-escrita, habitar ganha uma dimensão completamente nova, uma vez que se fixa em uma memória que, ao contrário da lembrança, não se dissipa com a morte. Não são somente os textos que a cidade produz e contém (documentos, ordens, inventários) que fixam esta memória, a própria arquitetura urbana cumpre também este papel (ROLNIK, 2004, p. 16-17).

A arquitetura das cidades, segundo a autora, possui, portanto, a importante função de fixar a memória do habitar urbano.

Os conceitos aqui apresentados são importantes para o entendimento das concepções conceituais de alguns autores, possibilitando a necessária reflexão sobre a cidade e as suas transformações no decorrer do tempo. A análise destes conceitos, observados sobre a ótica interdisciplinar do tema, revela que não são mais verdadeiros ou falsos que os outros. Alguns se complementam, outros se detêm em aspectos limitantes do objeto, estando condicionados a visões que apresentam distintas conceituações. O resultado é a nossa adoção do conceito de cidade como uma interferência do homem na paisagem, lugar distinto onde as manifestações diárias de sua população integram a multiplicidade de seus espaços, destacando a definição do arquiteto italiano Aldo Rossi (2001, p. 1) que embasa e direciona este trabalho:

A cidade, (...), é entendida como uma arquitetura. Ao falar de arquitetura não pretendo referir-me apenas à imagem visível da cidade e ao conjunto das suas arquiteturas, mas antes à arquitetura como construção. Refiro-me à construção da cidade no tempo. Considero que esse ponto de vista, (...), pode constituir o tipo de análise mais abrangente da cidade; ela remete ao dado último e definitivo da vida da coletividade: a criação do ambiente em que esta vive.

Entendemos que a cidade pode ser estudada de variados pontos de vista, tais como o geográfico, econômico, político, histórico, social, dentre outros, mas a consideraremos como arquitetura, uma construção elaborada dos fatos urbanos e de uma estrutura espacial, onde o tempo se encarregou de ditar transformações. A cidade adquire “consciência e memória de si mesma” (ROSSI, 2001, p. 2), sendo apreendida como o produto de uma sociedade. Como parte integrante do homem, a cidade é:

a cena fixa das vicissitudes do homem, carregada de sentimentos de gerações, de acontecimentos públicos, de tragédias privadas, de fatos novos e antigos. O elemento coletivo e o elemento privado, sociedade e indivíduo, contrapõem-se e confundem-se na cidade, que é feita de inúmeros pequenos seres que procuram uma acomodação e, junto com ela, formando um todo com ela, um seu pequeno ambiente mais adequado ao ambiente geral (ROSSI, 2001, p. 3).

É o homem que a constrói e reconstrói, progressivamente, no tempo de sua formação. Ela exhibe materialmente as vontades de seu construtor. Tempo, espaço e construção se revelam na cidade que, progressivamente, durante a passagem do primeiro, modifica o motivo original de sua concepção. Mais do que um amontoado de pedras, as cidades acumulam histórias, recordações, em lugares determinados que despertam afetividade em seus moradores e representam suas identidades, eternizando memórias. Bosi (2003, p. 200) aponta:

As lembranças se apoiam nas pedras da cidade. Se o espaço, para Merleau-Ponty, é capaz de exprimir a condição do ser no mundo, a memória escolhe lugares privilegiados de onde retira sua seiva. Em primeiro lugar, a casa materna; tal como aparece nas biografias, é o centro geométrico do mundo e a cidade cresce a partir dela em todas as direções. Dela partem as ruas, as calçadas onde se desenrolou nossa vida, o bairro. Sons que voltam, sons que não voltam mais, pregões, cantilenas que recolhi e procurei gravar em pauta musical.

Escoradas nos alicerces das cidades, em locais privilegiados e escolhidos pela sociedade, as lembranças são parte daquilo que convencionamos chamar de memória e esta pode ser entendida como a capacidade de não esquecer, sendo a

presença do passado no presente através da recordação de algo ou lugar. Le Goff (1994, p. 423) a conceitua como a “propriedade de conservar certas informações, [e] remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.

Desde o nascimento da civilização como tal, o homem faz indagações e realiza estudos sobre o conceito de memória. De acordo com Le Goff (1994, p. 378), os gregos antigos deram-lhe um nome, *Mnemosine*, e a transformaram numa deusa que lembrava aos homens a recordação dos heróis e dos seus grandes feitos. Relacionada ainda à poesia lírica, inspirava o poeta através do passado, e fazia deste uma testemunha dos “tempos antigos”.

Segundo Le Goff (1994, p. 431), foi o aparecimento da escrita que operou uma profunda transformação na memória coletiva. De acordo com o autor, a “escrita permite à memória coletiva um duplo progresso, o desenvolvimento de duas formas de memória”, ou seja, a comemoração, realizada através de inscrições ou monumentos, bastante utilizada pelos egípcios e acádios; e o documento escrito, num suporte especialmente destinado à sua perenização, após tentativas realizadas sobre osso, pele e papiros.

Através da memória urbana e coletiva, os reis criavam um processo de memorização sobre o território governado por eles, da qual ele se colocava como centro. Gravados em pedras, os feitos reais se transformavam também em história. Inseridos como monumentos na cidade ou em tabuletas guardadas nas instituições-memória (arquivos, bibliotecas ou museus), “os soberanos fazem redigir pelos seus escribas relatos mais detalhados dos seus reinados onde emergem vitórias militares, benefícios de sua justiça e progressos do direito, os três domínios dignos de fornecer exemplos memoráveis aos homens de futuro” (LE GOFF, 1994, p. 434).

Dessa forma nasceram os museus. Criados devido à necessidade humana de rememorar, colecionar e guardar para si, para gerações futuras ou para seus deuses, os objetos considerados de valor, em salas construídas especialmente para esse fim. A origem grega da palavra, *Museion*, significa um templo dedicado às musas, que recebem doações, ex-votos, oferendas. Serão, portanto, as doações de coleções privadas de reis ou colecionadores que irão constituir o núcleo inicial dos museus nacionais no século XVIII. A acumulação de objetos e de obras de valor teve como denominador comum a conservação de produtos representativos de diversas

épocas da humanidade e, como consequência, a transmissão da cultura, a preservação da memória e identidade de vários povos. Os espaços deixaram de ser privados para se tornarem públicos, geridos pelo Estado, como um instrumento para benefício e educação das populações.

Já no século XX a discussão se estendeu para variados campos do saber, e com o sociólogo Maurice Halbwachs aprendemos que as lembranças são sempre coletivas, pois, mesmo que em determinadas circunstâncias se esteja materialmente só, o indivíduo recorda tendo como referenciais as estruturas simbólicas e culturais de um grupo social (HALBWACHS, 2013, p. 16). O autor ensina que mesmo que tenhamos memórias individuais, elas não estão desligadas dos grupos de pessoas que se relacionam entre si e não coexistem isoladas do grupo social. Desse modo, a constituição da memória de uma pessoa resulta da combinação das memórias dos diferentes grupos onde esta se insere, tais como no trabalho, na família, dentre outros. São as denominadas “lembranças”, sejam de acontecimentos passados, sejam de lugares. Contudo, Halbwachs sugere:

Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída (HALBWACHS, 2013, p. 39).

Intuímos, portanto, que a memória pode ser evocada a qualquer instante, a partir de dados comuns que permanecem em uma sociedade, contidos no “tempo” presente, sendo alimentada pelas lembranças, sem a necessidade de apoio no tempo cronológico.

Ainda segundo o autor, as “lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós” (HALBWACHS, 2013, p. 30). A memória é, portanto, construída em grupo, sendo que a individualidade de uma memória permanece como um ponto de vista sobre a memória coletiva. Através da memória coletiva o indivíduo cria pontos de identificação com o grupo social com a qual ele compartilha ideias, o presente e o passado, podendo influenciar sua memória individual. Quando compartilhamos com um determinado grupo social a descrição de um acontecimento, obtemos uma

lembração de maior importância e intensidade, pois, sem ajuda dos outros, as lembranças podem permanecer esquecidas.

As pedras da memória

Refletindo sobre a memória e a valorização do passado, o geógrafo Maurício de Abreu aponta algumas explicações que vêm sendo oferecidas pelos mais diversos autores, destacando a velocidade vertiginosa da globalização que, no entender destes, origina uma busca incessante por referenciais identitários das sociedades. “A busca da identidade dos lugares, tão alardeada nos dias de hoje, tem sido fundamentalmente uma busca de raízes, uma busca de passado” (ABREU, 1998, p. 79).

No Brasil a partir da República ocorreu uma rejeição do passado, pautado por uma ideologia avassaladora de “país do futuro”. Isto explica porque foram “tão bem sucedidas, no século XX, as reformas urbanísticas radicais que tanto transformaram a face de diversas cidades brasileiras” (ABREU, 1998, p. 80). As elites modernizadoras do país valorizavam o novo, taxando qualquer apego a antigos valores como sinal de conservadorismo, de subdesenvolvimento, num “sentimento geral de que políticas públicas voltadas para o ‘saneamento’ da sociedade poderiam colocar o país na rota do sucesso” (DEL PRIORE, 2017, p. 17).

A reurbanização das áreas centrais das capitais teve como principal consequência a expulsão de moradores pobres para outros locais, desencadeando vários conflitos:

Em várias capitais, o espaço urbano colonial, fruto de uma experiência secular de adaptação da arquitetura portuguesa aos trópicos, cedeu lugar a projetos de reurbanização orientados pela abertura de largas avenidas e pela imitação de prédios europeus. A decisão levada a cabo pelos poderes públicos implicava desalojar milhares de famílias pobres, expulsando-as de áreas centrais, onde estavam os cortiços, para locais de difícil edificação. Resultado: a mesma cidade que se embelezava era também a que inventava a favela, termo que nasceu na época, aliás, ao mesmo tempo que a expressão pivete – designação em francês, a língua da moda, significando erva daninha para descrever a “criança de rua” – explica o historiador Renato Venancio (DEL PRIORE, 2017, p. 17).

Ainda segundo Del Priore (2017, p. 17), nesse período também ocorreram ações de combate às tradições culturais de origem africana, na qual destaca as proibições determinadas pelo Código Penal de 1890 da prática da capoeira e formas de religiosidade, apesar da eleição de um presidente mulato, o campista Nilo Peçanha.

Certamente, a renovação urbana é um processo inevitável do crescimento da cidade, devido às suas constantes transformações, sejam através de demolições, sejam através de medidas de planos urbanísticos ou outros tipos de mudanças, trazendo consequências inevitáveis às memórias, individuais e coletivas. Por serem espaços coletivos que se transformam continuamente, as cidades com suas ruas, praças, residências, monumentos, jardins, comércios, escolas, dentre outros, expressam as vivências de sua população. Na maior parte das vezes, são reconstruídas sobre as pedras de um passado vivido, da cidade de outrora, que somente pertence à memória de quem a conheceu antes da renovação ou modernização.

Abreu (1998, p. 87), ao discorrer sobre o tópico “a cidade como lugar de memória”, afirma que a cidade é uma das aderências que ligam indivíduos entre si, dotados de variadas memórias coletivas, mas que possuem em comum a citada aderência. Quando transformamos um lugar, esta aderência pode ser manifestada pela luta dos moradores pela preservação desse espaço, pois sua destruição levará parte de suas memórias. O lugar é, portanto, o *locus* do coletivo: “a memória de um lugar, a memória de uma cidade, é, portanto, uma memória coletiva” (ABREU, 1998, p. 82). Rossi (2001, p. 147) o define como “aquela relação singular, mas universal que existe entre certa situação local e as construções que se encontram naquele lugar”. E o mesmo autor aponta que “a própria cidade é a memória coletiva dos povos; e como a memória está ligada a fatos e lugares, a cidade é o *locus* da memória coletiva” (ROSSI, 2001, p. 198).

É Pollak (1992, p. 204) que nos orienta de que forma a memória contribui para a construção de uma identidade cultural, enumerando três características desta, que são: os limites de pertencimento a um grupo, a continuidade temporal e o sentimento de coerência, ou seja, de que os elementos que compõem um indivíduo ou um grupo estão de fato unificados e que a quebra desse sentimento (de unidade e continuidade) podem acarretar fenômenos patológicos (no plano individual) ou a desagregação (na esfera coletiva). Identidade, portanto, de forma generalizada, pode ser conceituada a partir do reconhecimento de uma origem

comum compartilhada com várias pessoas. Pode ser a nacionalidade, religião ou o exercício de uma mesma atividade profissional, dentre vários aspectos. Memória e identidade, juntas, buscam gerar unidade.

Percebemos, portanto, a partir de Pollak (1992), que a identidade é construída a partir das ações e das relações sociais. Numa sociedade, a troca de conhecimentos, experiências, entre outros aspectos, fortalecem os relacionamentos e a identidade desse povo. São importantes para manutenção de um grupo social a fim de evitar o desaparecimento de referências comuns.

No entendimento de que a formação de identidades coletivas ou individuais está associada à memória, compreendemos que são os agentes sociais de uma comunidade que determinam o que é “memorável” e as formas pelas quais um acontecimento será lembrado ou não (HALBWACHS, 2013). Nesse contexto, vale alertar para a manipulação ideológica realizada pelo Estado e grupos dominantes sobre as memórias, transformando-as em instrumentos de dominação. Chauí (2000) nos aponta para o período de construção da ideia de “identidade nacional” no Brasil:

O processo histórico de invenção da nação nos auxilia a compreender um fenômeno significativo, no Brasil, qual seja, a passagem da ideia de “caráter nacional” para a de *‘identidade nacional’*. O primeiro corresponde, grosso modo, aos períodos de vigência do ‘princípio da nacionalidade’ (1830-1880) e da “ideia nacional” (1880-1918), enquanto a segunda aparece no período da ‘questão nacional’ (1918-1960).

Território, densidade demográfica, expansão de fronteiras, língua, raça, crenças religiosas, usos e costumes, folclore e belas-artistas foram os elementos principais do ‘caráter nacional’, entendido como *disposição natural de um povo e sua expressão cultural* (CHAUÍ, 2000, p. 13, grifo nosso).

Segundo Rancière (2005), política e arte possuem uma única origem, ao apresentar sua ideia de “partilha do sensível”, onde adverte que só haverá um Estado democrático se este incentivar as variadas expressões culturais de seu povo, ideia com a qual concordamos visto que, a apropriação da cultura local pela sociedade supostamente poderá levar esta a pressionar o poder público por uma preservação patrimonial que passe ao largo do pastiche, reunindo história social e a preservação urbana e arquitetônica, num processo de fixação espacial da memória de diversos grupos.

Em sua obra “A Identidade Cultural na Pós-Modernidade”, Hall (2001) enfatiza três concepções de identidade e ressalta a percepção do sujeito pós-

moderno que não possui uma identidade estável ou imutável. Sua identidade é formada e alterada de acordo com a cultura que o permeia, estando em constante mudança, sob a influência da globalização, criando uma homogeneização cultural, incentivadas pelo consumismo global, sustentada pelas tecnologias de comunicação e informação.

Mas ao lado dessa tendência em direção à homogeneização global, há também um novo interesse pelo local, pelo conhecimento de nossas raízes que, através da memória, nos ajuda a distinguir o que nos une e o que nos divide, fornecendo ainda uma diretriz enquanto grupo social. Os testemunhos construídos e os testemunhos vivos, agentes da memória, são imprescindíveis para a construção desta identidade social. Se a cidade é um lugar no tempo, é através do tempo passado de um espaço construído que podemos contá-lo, e não é possível pensar um sem o outro. A construção da identidade humana perpassa pela prática e a adesão à cidade. Quando tentamos representar a memória — ou a história — de uma cidade, o conhecimento do tempo é indissociável da sua representação no espaço. Assim, se a cidade é um conjunto de histórias contadas durante o tempo de sua formação, a sua materialidade pode revelar as razões que levaram sua população à construção de seu presente. As narrativas construídas acabam por definir sua identidade, “um corpo e alma, que possibilitam reconhecimento e fornecem aos homens uma sensação de pertencimento e de identificação com a sua cidade” (PESAVENTO, 2007, p. 17).

Rossi (2001, p. 198) assegura que:

Essa relação entre o “locus” e os cidadãos torna-se, pois, a imagem predominante, a arquitetura, a paisagem; e, como os fatos fazem parte da memória, novos fatos crescem juntos na cidade. (...) Enfim, a memória coletiva se torna a própria transformação do espaço, a cargo da coletividade; uma transformação que é sempre condicionada por aqueles dados materiais que se opõem a essa ação.

É o passado um dos fatores que geram singularidade. Ao buscarmos a individualidade de uma cidade, a sua leitura poderá ser realizada através de seus monumentos, construções e traçado de ruas, que compõem o seu patrimônio urbano, assim como por sua gente, costumes e cultura. Todos esses elementos encontram-se inseridos na memória coletiva da população e seu desaparecimento resultará na descaracterização de sua narrativa histórica, como também numa ameaça à memória, impedindo o necessário sentido de identidade. Le Goff (1994) esclarece que a memória é conservada através da lembrança de fatos históricos

consideráveis, e pode ser realizada por imagens, inscrições, desenhos, monumentos ou documentos.

Sabemos, entretanto, que as memórias individuais são assinaladas como uma importante fonte para recuperação da memória das cidades, apesar de sua apontada subjetividade. Os relatos orais podem descrever espaços urbanos e formas arquitetônicas já desaparecidas, trazendo a necessária luz para a história local.

Ortegosa (2009) indica a arquitetura e os lugares da cidade como constituintes de um cenário único:

onde nossas lembranças se situam e, na medida em que as paisagens construídas fazem alusão a significados simbólicos, elas estão evocando narrativas relacionadas às nossas vidas. Assim, a maneira como interpretamos nossas experiências no espaço converte-se em nossa realidade e possibilita-nos dar significado ao nosso mundo físico (ORTEGOSA, 2009, p. 1).

Quando encontramos o cenário vazio, destituído dos testemunhos materiais do passado numa cidade histórica, onde antes existia uma antiga residência, uma praça ou um monumento, temos a sensação da perda de nossos referenciais de localização e até mesmo afetivos. São apagadas as “marcas” deixadas pela sociedade que forneciam sensações de ordem e sequência, e que garantiam a manutenção da memória da sociedade. Estes espaços, dotados de significados, tem o poder de evocar pessoas e atos, funcionando como os chamados “lugares de memória” de Nora (1993).

Uma cidade histórica é, portanto, memória, fruto de determinada sociedade, possuindo várias camadas sobrepostas de “escritas”. Radicada no lugar, na imagem e nas pedras, é um fenômeno do passado que comparece no presente. Como resgata-la? Pesavento (2004, p. 1597) propõe:

Recuperar a cidade do passado implica, de uma certa forma, não apenas registrar lembranças, relatar fatos, celebrar personagens, reconstruir, reabilitar ou restaurar prédios, preservar materialmente espaços significativos do contexto urbano. Todo traço do passado pode ser datado pelo conhecimento científico, ou classificado segundo um estilo preciso; mas o resgate do passado implica ir além dessa instância, para os domínios do simbólico e do sensível, ao encontro da carga de significados que a cidade abrigou em um outro tempo.

A historiadora gaúcha indica que no resgate da memória e da história de uma cidade se faz necessário recolher registros tangíveis, dados a ver, mas também os intangíveis, depositados na esfera do imaterial, “depositados na memória, nas tradições, na rememoração das vivências passadas, no mundo das coisas ditas”. Ou seja: é preciso recolher testemunhos e traços de diferentes naturezas, que possam explicar as transformações do espaço urbano no tempo (PESAVENTO, 2004, p. 1598).

Compreendemos que o tempo transcorrido é o responsável, na maior parte das vezes, pela modificação do espaço, alterando as formas urbanas bem como a função e o uso do espaço, resultando em uma descaracterização inevitável do passado da cidade. Uma das formas de recuperar essa temporalidade perdida é acionar uma vontade e um aprendizado que somente podem ser despertados por um olhar mais sensível e imaginativo:

Assim, só se pode resgatar o tempo escoado no espaço da cidade por meio de uma atitude deliberada e de um esforço da imaginação, que chama a si toda uma carga de referências acumuladas, capazes de criar esse olhar especial, que possibilita ver além daquilo que é dado a ver (PESAVENTO, 2004, p. 1599).

Concluindo o raciocínio acima, a autora aponta para a necessidade de datar os tempos da história acumulados no espaço e que estes podem e devem ser resgatados pela memória. Apesar da importância das camadas de tempo históricos existentes num determinado espaço, é necessário ainda atingir as “temporalidades subjetivas”, alcançadas pelas experiências do que foi vivenciado no local, sua capacidade evocativa e significação para a cidade. “Ou, ainda, o quanto de memória, história e sentido ele possa invocar” (PESAVENTO, 2004, p. 1599).

Essa busca pelo tempo perdido das cidades implica numa educação dos sentidos, numa necessária sensibilidade para a leitura do passado, numa vontade deliberada de lembrar. A memória voluntária e individual se constituiria, pois, como uma memória social, onde o tempo que escoar rapidamente encontra significado na vida coletiva, ajudando na rememoração do passado. Lembrando que:

O tempo das cidades é múltiplo e está sempre a ser construído, pois a cidade é uma contínua reinvenção do mundo no espaço: desde o tempo presente, onde se realizam as opções políticas e se decidem as intervenções sobre o urbano, a cidade se reconstrói continuamente, tendo por horizonte o passado e o futuro (PESAVENTO, 2004, p. 1600).

Importa aos que usufruem dos espaços da cidade a percepção de uma história comum, compreendendo a memória social como algo que diz respeito a todos, distinguindo na arquitetura e no urbano os “lugares de memória”, dotados de sentido e pertencimento, para o reconhecimento da cidade como um patrimônio herdado das antigas gerações, conferindo à cidade do presente as necessárias condições para que nela possa ser exercida o futuro.

O presente da cidade, tempo da vida, é um momento no espaço onde se reabilita o passado da *urbs*, material e imaterial, para que nela as pessoas se reconheçam e se identifiquem, ancorando suas referências de memória e história. O presente das cidades é também aquele tempo em que se pensa o futuro, articulam-se planos e projetos de renovação do espaço, em antecipação, por vezes utópica, de um outro tempo ainda a realizar-se. Uma cidade, pois, inventa seu passado e cria o seu futuro para explicar o seu presente (PESAVENTO, 2004, p. 1600-1601).

Nas decisões sobre a conservação do patrimônio cultural para o futuro sempre foram utilizadas atribuições de valores como ponto de referência: será a atribuição de valor pela comunidade ou pelos órgãos oficiais que leva à decisão ou não de preservação de um bem cultural. Riegl (2014) já nos indicava a necessidade de compreender os valores dos monumentos junto à sociedade, pois esta compreensão fundamenta o entendimento sobre o quê preservar, assim como as estratégias a serem utilizadas na proteção e conservação do bem cultural. O autor explica que o monumento não possui um valor artístico absoluto, ou seja, o seu valor é relativo, sendo “medido pelo modo como ele atende às exigências do querer moderno da arte”, completa. Sua avaliação “não repousa na memória e sim em valores presentes” (p. 12). De certo, a noção de evolução utilizada pelo historiador vienense é fundamental na construção de sua teoria sobre valorização histórica do monumento:

De acordo com os conceitos mais modernos, acrescentaremos a isso a ideia mais ampla de que aquilo que foi não poderá voltar a ser nunca mais e tudo o que foi forma o elo insubstituível e irremovível de uma corrente de evolução ou, em outras palavras, tudo que tem uma sequência, supõe um antecedente e não poderia ter acontecido da forma como aconteceu se não tivesse sido antecedido por aquele elo anterior (RIEGL, 2014, p. 11).

É nessa perspectiva que o estudo das experiências locais ou municipais de salvaguarda torna-se campo privilegiado de reflexão sobre as práticas e

representações que marcam os processos históricos de formação, evolução e consequente transformação de uma cidade histórica.

Ao retomar novamente o tema, nos perguntamos: o que caracteriza uma cidade histórica? Ter sido palco de acontecimentos marcantes e importantes para a sociedade em geral? Ser dotada de um proeminente desenvolvimento – seja político, econômico ou cultural - durante determinado período de sua história? Possuir construções de valor histórico e cultural?

Se todos esses indicativos caracterizam uma cidade histórica, inquestionavelmente a cidade de Campos dos Goytacazes está inserida na categoria. Próspera e considerada como um polo gravitacional das forças econômicas, sociais e políticas da região Norte Fluminense no período de 1890 a 1930, reivindicou o título de capital fluminense, após a inauguração, em 1883, do pioneiro serviço de iluminação elétrica na cidade, sendo a primeira cidade na América Latina e no Brasil, à frente da capital federal, o Rio de Janeiro. Um projeto de cunho político que tinha como objetivo modernizar e transformar a cidade na “cabeça do estado” (ALVES, 2009, p. 28).

Conheçamos um pouco de sua história.

A cidade histórica de Campos dos Goytacazes

Após a divisão territorial do Brasil em capitanias, couberam a Pero Góis da Silveira 30 léguas de costa, entre a Capitania do Espírito Santo de Vasco Fernandes Coutinho até a de São Vicente, de Martim Afonso de Souza (CHRYSÓSTOMO, 2006, p. 341), abrangendo os campos habitados pelos Goitacás¹, o que motivou a sua alcunha de “Campos dos Goitacás”, também chamados Aitacazes, Ouetacazes, Guaitacás ou Goitacazes, dentre outros (LAMEGO, 1945, p. 57).

Simão de Vasconcelos (1658) relata que o lugar era:

Uma paragem das mais notáveis e aprazíveis que há em todo este Brazil. São humas Campinas Fermoziíssimas dalgumas vinte ou mais léguas d’espaco, quase todo tam razo como o mesmo Mar; tam verde, enfeitado e retalhado da Natureza, que parecem outros Campos Elysios, e sam chamados os Campos dos Goytacazes (...). (VASCONCELOS, 1658, p. 144)

Denominada por “Capitania de São Tomé”, seu donatário nela aportou em

1539, tendo supostamente construído suas primeiras edificações na região que denominou “Vila da Rainha”. Após o regresso de uma primeira viagem ao reino, encontra a capitania abandonada, pois todos que ali se encontravam haviam fugido com o capitão. Tentou reergue-la, mas os constantes ataques dos Goitacás e a falta de recursos financeiros fizeram-no retornar a Portugal. Ficou a capitania abandonada por vários anos, até ser reclamada por seu filho, Gil de Góis da Silveira, em princípios do século XVII, que retoma o trabalho de colonização. Também este não teve melhor sorte, devido ao mesmo motivo, e em 1619 retornou a Portugal, renunciando definitivamente à capitania, tendo esta sido reintegrada aos bens da Coroa portuguesa (LAMEGO, 1945, p. 79).

Dos Goitacás, povo originário da região, retratados por alguns autores do período – Simão de Vasconcelos, Frei Vicente do Salvador, Knivet, Gabriel Soares –, não se conhece muito. As poucas informações os descrevem como guerreiros fortes, ligeiros e exímios nadadores, além de antropófagos. Distinguiam-se da maior parte dos indígenas brasileiros pela extensa cabeleira, com um pequeno círculo na frente, e pela barbárie, mesmo com os povos vizinhos (SALVADOR, 1627, p. 25). Serviram, inclusive, de fonte de inspiração para a criação do herói Peri, do romance “O Guarani”, de José de Alencar:

- De que nação és? Perguntou-lhe o cavaleiro em guarani.
- Goitacá, respondeu o selvagem erguendo a cabeça com altivez.
- Como te chamas?
- Peri, filho de Ararê, primeiro de sua tribo. (ALENCAR, 1999, p. 68)

A história desses primeiros habitantes da região começou a ser conhecida após ser descoberto em Campos um sítio arqueológico com ossadas e cerâmicas dos indígenas. O material arqueológico foi encontrado em 1968 durante uma obra da prefeitura municipal e fica próximo ao local onde atualmente funciona o cemitério do Caju. Somente a partir de 1989 aconteceram as escavações que duraram até 1991. Foram recuperadas 17 urnas inteiras, inúmeros esqueletos, artefatos e adornos de concha e osso, e cerca de 10.000 fragmentos de cerâmica. Ainda por conhecer, a memória desses primeiros habitantes somente é citada por ser o topônimo da cidade e por constar como denominação de uma rua e de um bairro do município.

Com a posterior colonização, a Freguesia foi criada com denominação de São Salvador dos Campos, por alvará de 1674, sendo elevada à categoria de Vila com a denominação de São Salvador dos Campos, por ato de 02-09-1673, sendo instalada

em 1676 (IBGE, 2016). Durante a segunda metade do século XVII e a primeira do século XVIII, “a atividade açucareira consolidou-se e desenvolveu-se, tanto em grandes latifúndios como em pequenas propriedades, expandindo-se, no século XIX, inicialmente nos engenhos e, mais tarde, em usinas” (IBGE, 2016).

Como principal atividade econômica no período, as lavouras de cana de açúcar pontuavam a vila com várias chácaras e canaviais. De acordo com Rodrigues (1988), em 1785 existiam 245 engenhocas, crescendo para 300 em 1798, e atingindo o número de 700 engenhos no ano de 1828. O sucesso oriundo dessa produção açucareira possibilitou o desenvolvimento de uma aristocracia rural de elevado padrão de vida que era constituída por mais de trinta barões, comendadores e viscondes. Essa nobreza edificou na região grandes residências, edificações que pouco a pouco iriam substituir os antigos sobrados. Os casarões, de propriedade da aristocracia ou fazendeiros abastados, eram dotados de grandes salões, engenho, capela e senzala, e se distribuíam por toda a planície goitacá. A arquitetura, reconhecida como sendo do tipo colonial, é chamada “solarenga”. O nome é relativo ao substantivo “solar”, cuja definição é dada pelo Dicionário Aurélio: “Antiga morada de família; mansão” (FERREIRA, 2000, p. 643).

Lamego (1945, p. 155) esclarece:

Quase nos meados de novecentos é que data a construção dos grandes sobrados rurais de Campos. Em princípios do século XX ainda os há por toda parte. Cada senhor de engenho erguera o seu, nessa multiplicidade de fazendas médias, geralmente de 50 a 100 alqueires geométricos, onde a assombrosa fertilidade das aluviões permite o acréscimo de fortunas que em outras regiões açucareiras exigiriam grandes latifúndios. *E' o sobrado rural que finalmente modifica toda a vida da planície.* São quase todos desmedidamente vastos. A influência da terra chá que se derrama pelos horizontes parece ter moldado inconscientemente a alma do fazendeiro em busca de poder. Talvez por isso é que os sobrados de Campos se alastram por tão grande espaço. (grifo nosso)

Dentre vários edifícios dessa tipologia ainda existentes na região, destacamos cinco solares, pela importância histórica e arquitetônica, e por serem ainda os imóveis inseridos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na lista dos bens tombados da cidade: Solar do Visconde, Solar do Colégio, Solar dos Airizes, Solar da Baronesa de Muriaé e Solar de Santo Antônio, também chamado Solar do Barão de Carapebus.



Fonte: Autoria própria (2016).

FIGURA 1

Solares existentes na cidade de Campos dos Goytacazes

Abreu (1998, p. 86) nos adverte que nem todas as memórias coletivas urbanas conseguiram ser registradas. Muitas foram perdidas no tempo, outras ficaram como fragmentos ou como pedras das memórias coletivas produzidas pela cidade. Na maior parte das vezes, são vestígios ligados às estruturas de poder. Esta questão pode ser aplicada de forma exemplar à cidade, especialmente no que se refere ao período de construção dos solares. Todos eles, a maioria em estado de total abandono na atualidade, foram construídos pelos denominados “barões do açúcar” (Solar do Visconde, Solar dos Airizes, Solar da Baronesa de Muriaé e Solar do Barão de Carapebus), com exceção do Solar do Colégio, edificado pelos jesuítas em meados do século XVII. Apesar de se constituírem como objetos materiais representativos das classes mais poderosas, não seria possível recuperar parte do apogeu do passado de Campos dos Goytacazes se este passado não estivesse presente no meio material que nos rodeia. Eles integram uma parte da memória coletiva da cidade, construída por gerações de abastados fazendeiros, constituída por sua arquitetura peculiar e a transformação da natureza onde foram edificadas.

Lembrando o que nos ensinou Abreu (1998, p. 91), de que “cada lugar é, ao mesmo tempo e em cada momento histórico, o ponto de interseção de processos sociais que se desenvolvem em diversas escalas”, analisemos o período.

Economicamente, este estava vinculado à produção de açúcar e mantinha uma estreita relação com a área rural. Faria (1998, p. 94) aponta que as elites agrárias não consideravam a vila como um lugar para se viver, desenvolvendo a vida social na área rural, o que nos leva a supor a existência de um espaço urbano rudimentar. Nas primeiras décadas do século XIX, Chrysóstomo (2006, p. 357) afirma que os moradores da vila de São Salvador não excediam o número de cinco mil e habitavam casas de taipa em cerca de 1.500 “fogos”.

Mesmo após sua elevação a cidade em 1835, os mapas elaborados por engenheiros militares que representaram cartograficamente Campos dos

Goytacazes no final do século XIX, confirmam a afirmação. Ao serem confrontados com os relatos de alguns autores já citados (FARIA, 1998; ALVES, 2009; CHRYSÓSTOMO, 2006), criando relações entre o espaço urbano delineado e o sucesso econômico oriundo da produção açucareira, o que viabilizaria a construção de suntuosos edifícios na vila, supomos ser correta a existência de uma sociedade predominantemente rural que construiu sua sociabilidade no campo, ignorando a cidade, tendo em vista a incipiência da urbe no final do século XVIII e primeiras décadas do XIX.

Segundo Faria (2006, p. 49), no segundo quartel do século XIX, o advento das usinas provoca a perda definitiva do prestígio individual do senhor de engenho. “Este fenômeno é tão importante que os habitantes da zona rural próxima emigram para a cidade, trazendo consequências para o espaço urbano”. Em Campos dos Goytacazes não foi diferente.

Certamente, as cidades se transformam no decorrer do tempo. Casas desabam, obras públicas mudam traçados de ruas, planos se sobrepõem uns aos outros e distantes bairros se unem ao centro embrionário. Em Campos, além da queda da monarquia no país, do descrédito local dos “barões do açúcar”, o projeto modernizador do final do século XIX, instituído por “uma ideologia avassaladora a partir da República” (ABREU, 1998, p. 80), tomou conta da cidade e transformou radicalmente o espaço urbano.

São de Alves (2009) as ponderações acerca da relação existente entre o período econômico e a arquitetura local:

Se a economia se transformava, a aristocracia incorporou novos clãs. Os solares vão sendo substituídos gradativamente pelos palacetes e, assim, as mudanças se processaram continuamente no espaço urbano, pautadas pela construção dos símbolos da modernidade. É o desejo do progresso não só na economia, mas estendendo-se à esfera do político e da cultura. As brilhantes fachadas, decoração primorosa, a última moda, a última máquina. O fim de ruas acanhadas, sujas, dando lugar à construção de largas avenidas. A cidade abriu-se ao deslumbramento do luxo, da grandiosidade das edificações. Cidade construída e remodelada continuamente, condição indispensável para o exercício da dominação política. Campos, polo regional, projetava-se na esfera estadual e, quiçá, nacional (ALVES, 2009, p. 53-54).

Buscando igualar a cidade às grandes metrópoles, foi utilizada uma nova linguagem arquitetônica, historicista, que incorporava a diversidade de estilos arquitetônicos dos movimentos clássico, medieval, renascentista, barroco e neoclássico. Um movimento pautado nos planos de reurbanização de cidades como Paris e Rio de Janeiro, que preconizavam o sanitarismo das cidades insalubres. Era chamado de Ecletismo.

De acordo com Fabris (1995, p. 75), o fenômeno eclético estava revestido de “alguns significados peculiares, pois se inscreve num quadro de modernização acelerada, que vê a cultura internacionalizar-se mais e mais para negar o modelo colonial e seus corolários simbólicos”.

Na cidade de Campos dos Goytacazes a arquitetura eclética floresceu. Não apenas em grandes casarões, sobrados pertencentes à elite econômica, mas em instituições financeiras, empresas públicas (Correios e Telégrafos, por exemplo), associações comerciais, associações particulares e na maioria das residências da florescente burguesia.



Fonte: IBGE (2016).

FIGURA 2

Praça São Salvador, Campos dos Goytacazes, em 1948

Através dos representantes da Associação Comercial na Câmara Municipal e na imprensa, entre 1890 a 1930 foram defendidos vários projetos de melhoramentos urbanos. O discurso era eliminar a imagem rústica, colonial e

provinciana da cidade, incorporando à mesma os símbolos do progresso. Inúmeros casarões foram demolidos por “enfearem o centro urbano”, dando lugar a “belos e suntuosos edifícios” (ALVES, 2009, p. 77-78). Esses planos de urbanização, que visavam garantir a imagem de uma cidade verdadeiramente moderna, possuíam a finalidade política de construção das condições necessárias para transformar a cidade na nova capital do Estado do Rio de Janeiro.

São desse período as construções da Sociedade Musical Lyra de Apollo, do prédio dos Telégrafos, da Associação Comercial, da instituição financeira do Banco do Brasil e de toda a feição eclética da Praça São Salvador, região central da cidade.

Contudo, nesse momento, não é apenas a elite econômica e política ou o poder público que buscam a construção de uma nova cidade. A sociedade civil também conduz seus sonhos de modernidade e constrói suas residências pela Beira Rio, nas ruas adjacentes à praça ou em novas avenidas abertas para o tão almejado progresso. Eram típicas casas de porão alto, face de rua, entrada lateral oferecida através de um rebuscado portão de ferro ou sobrados que conjugavam o comércio e residência da família do comerciante. Dentre esse patrimônio, muitos exemplares ainda sobrevivem, a maior parte descaracterizada ou abandonada às intempéries e vandalismo.



Fonte: Fotos tiradas por alunos do curso de bacharelado em Arquitetura e Urbanismo (Instituto Federal Fluminense – Campo dos Goytacazes, RJ – 2014, 2015 e 2016)

FIGURA 3

Imóveis ecléticos localizados no centro histórico da cidade de Campos dos Goytacazes

Nesse ponto, ao discorrermos sobre a expansão da cidade a partir da iniciativa de sua população, cabe destacar o pensamento ruskiniano em defesa da manutenção da arquitetura doméstica existente num lugar, ainda que em ruínas, por serem exemplos representativos à própria história dos edifícios, da cidade e da vida das pessoas que ali habitam. Não considerar essas edificações, “constitutiva da malha urbana”, é perder o direito a memória coletiva, pois, segundo Ruskin, é a arquitetura das cidades antigas que garante a “nossa identidade, pessoal, local, nacional, humana”. (CHOAY, 2001, p. 180-181).

Nos seis últimos anos a região delimitada como Centro Histórico de Campos dos Goytacazes vem passando por várias transformações que disciplinam os usos de seu espaço urbano e de seu patrimônio histórico. Através de um projeto intitulado “Requalificação, valoração e preservação cultural do Patrimônio Histórico da Cidade”, o poder público municipal promoveu adequações de infraestrutura urbana (drenagem, pavimentação, instalação de dutos subterrâneos para cabeamento de rede elétrica, telefonia, internet e televisão), visando à “revitalização” do centro histórico da cidade. Dividida em três fases, as ações estavam programadas para serem concluídas até o ano de 2015, o que não ocorreu.

Tendo suas obras sido iniciadas em 2012, observamos de imediato a permanência de vários problemas, como a má utilização dos espaços públicos e uma destacada alteração em seu entorno, segmentando ruas e isolando edificações históricas, contrariando a Recomendação de Nairóbi, datada de 1976, que destaca a ambiência como “o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou eles se vincula de maneira imediata no espaço”, ou seja, cada conjunto histórico e seu entorno devem ser considerados em sua totalidade, estando seu equilíbrio e caráter específico dependente da síntese dos elementos que o compõem e que incluem as atividades humanas, as construções, a estrutura espacial e as zonas que o circundam.

Dessa forma, este patrimônio urbano e cultural torna-se uma representação dessa cidade, um símbolo de identificação da sociedade que o construiu. Se esse espaço possui importância histórica, ele é capaz de evocar lembranças de um passado e produzir sentimentos que podem ser despertados pelos lugares e edificações que, através de sua materialidade, são capazes de recriar a forma de vida daqueles que no passado deles se utilizaram.

Conclusão

Conhecer a memória inicial da cidade de Campos dos Goytacazes ou de qualquer outra cidade histórica, guardada em elementos arquitetônicos resistentes ao tempo, criados por antigos e talvez esquecidos produtores do espaço coletivo, certamente nos ajudará a implementar uma política e um projeto de preservação que permita a manutenção desse patrimônio, mas que também ajude no resgate dos valores socioculturais de sua população.

Entendemos que a identidade local está ligada ao direito à cidade, fundamental na construção do que se pensa como cidadania e é, fundamentalmente, um direito a história e à memória. É preciso que os responsáveis pela preservação do patrimônio cultural passem a entender os conjuntos das cidades históricas não mais como um conjunto de edificações cujos valores estilísticos são necessários preservar, mas como lugares que detêm significativos valores culturais vinculados aos seus papéis na memória coletiva de sua população e de seus visitantes.

Concluimos, por fim, que a memória coletiva ou social, considerada uma reconstrução do passado de qualquer cidade, é formada através das contribuições de diversas gerações. O legado dessa memória é transmitido, ao longo do tempo, por meio de suportes de memória. A relação entre a memória e patrimônio reside justamente nesse ponto: os objetos culturais, os quais constituem o patrimônio, que podem funcionar como tais suportes. Sem os suportes materiais, representações e vestígios da cidade pré-existente, não existe materialidade física. E sem as pedras da memória, como oferecer ao futuro das cidades a possibilidade de resgate de seu passado, “uma das dimensões mais importantes da singularidade” e identidade dos lugares (ABREU, 1998, p. 79)?

Precisamos, portanto, aproveitar as variadas possibilidades de preservação do patrimônio cultural, sem criarmos uma amnésia permanente de suas narrativas construídas ao longo dos anos. E, mais do que isso, devemos proceder às transformações necessárias, associando o respeito ao passado simultaneamente à nossa modernidade, considerando, acima de tudo, as diferenças que identificam cada cultura.

NOTAS

1. Alberto Ribeiro Lamego enumera várias denominações encontradas para este povo, mas adota, no decorrer de seu livro - *O homem e o brejo*, a alcunha Goitacá, a qual passamos a utilizar nesta comunicação.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. *O guarani*. São Paulo: Ateliê, 1999.
- ALVES, H. M. *A Sultana do Paraíba: reformas urbanas e poder político em Campos dos Goytacazes, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2009.
- BOSI, Ecléa. Memória da cidade: lembranças paulistanas. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 47, p. 198-211, 2003. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso: 12 dez. 2017.
- CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora da Unesp, 2001.
- CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. *Ideias em ordenamento, cidades em formação: a produção da rede urbana na província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2006. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- DEL PRIORE, Mary. *Histórias da gente brasileira: República – memórias (1889-1950)*. Rio de Janeiro: LeYa, 2017. v. 3.
- FABRIS, Annateresa. A crítica modernista à cultura do ecletismo. *Revista de Italianística*, v. 3, n. 3, p. 73-84, 1995. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/italianistica/article/view/87846/90764>. Acesso em: 21 jun. 2016.
- FARIA, Teresa de Jesus Peixoto. *Campos dos Goytacazes, resources et virtualités d'une ville brésilienne - données de l'histoire*. Paris, França, 1998. Tese (Doutorado em Études Urbaines) - Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales.
- FARIA, Teresa de Jesus Peixoto. Gênese da rede urbana no Norte e Noroeste Fluminense. In: CARVALHO, Ailton Mota de; TOTTI, Maria Eugenia Ferreira (org.). *Formação histórica e econômica do Norte Fluminense*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, p. 69-97.
- FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. *Minidicionário século XXI escolar: o minidicionário da Língua Portuguesa*. 4. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. São Paulo: Editora DP&A, 2001.
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sinopse estatística do Município de Campos: Estado do Rio de Janeiro: aspectos históricos e geográficos, alguns resultados estatísticos - 1945*, principais resultados censitários - 1-IX-1940. Rio de Janeiro: SERGRAF, 1948. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=295329>. Acesso em: 10 jun. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Campos dos Goytacazes. História e fotos. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riodejaneiro/camposdosgoytacazes.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e o brejo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1945.

LEFEBVRE, Henri. *Le droit à la ville*. Paris: Anthropos, 1972.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Unicamp, 1994.

LYNCH, K. *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1988.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. Tradução de Neil R. da Silva. 4. ed. São Paulo: M. Fontes, 1998.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da PUC*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

ORTEGOSA, Sandra Mara. Cidade e memória: do urbanismo “arrasa-quarteirão” à questão do lugar. *Arquitextos*, São Paulo, ano 10, n. 112.07, Vitruvius, set. 2009. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.112/30>. Acesso em: 21 dez. 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 14, n. 9, p. 1539-1730, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 1-13, 2007.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: Ed. 34, 2005.

RIEGL, Alois. *O culto moderno aos monumentos: a sua essência e a sua origem*. Tradução de Werner Rothschild Davidsohn e Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RODRIGUES, H. S. *Campos: na taba dos Goytacazes*. Niterói: Imprensa Oficial, 1988.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. Tradução de Eduardo Brandão. 2.ed. São Paulo: M. Fontes, 2001.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil: 1500-1627*. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2148. Acesso: 01 set. 2020.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. As metamorfoses do conceito de cidade. *Mercator (Fortaleza)*, Fortaleza, v. 14, n. especial, p. 17-23, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-2201201500040017&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 set. 2020.

VASCONCELOS, Simão de (1597-1671). *Vida do P. Joam d'Almeida da Companhia de Iesu, na Provincia, composta pello padre Simão de Vasconcellos da mesma Companhia, provincial na dita provincia do Brazil. Dedicada ao Senhor Salvador Correa de Sá, & Benavides dos Conselhos de Guerra, & Ultramarino de Sua Magestade*. Lisboa: Oficina Craesbeeckiana, 1658. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/671>. Acesso em: 10 maio 2017.

Maria Catharina Reis Queiroz Prata é Professora de Arquitetura no Instituto Federal Fluminense (IFF) na cidade de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro. Doutora em Ciências da Arquitetura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduada em Arquitetura e Urbanismo e Mestra em Artes pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Como citar:

PRATA, Maria Catharina Reis Queiroz. As pedras da memória: patrimônio urbano e cultural em Campos dos Goytacazes. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 16, n. 2, p. 444-468, jul./dez. 2020. Disponível em: pem.assis.unesp.br.